

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.613 - SC (2018/0248395-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : ZULMA WALZBURGER STEFFEN MUNTSBERG
ADVOGADOS : MARCIO LOCKS FILHO - SC011208
GUSTAVO ANTONIO PEREIRA GOULART - SC019171
EVANDRO HERCULANO VIEIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - SC041105

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. TÍTULO EXECUTIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELAS RECONHECIDAS NA ESFERA JUDICIAL. PARCELAS ANTERIORES A EC 41/2003. DESCABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR. INAPLICABILIDADE.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada do STJ, em se tratando de valores reconhecidos em mandado de segurança, os juros de mora devem ser calculados a partir da notificação da autoridade coatora na ação mandamental. No caso dos autos, mantida a decisão recorrida, que considerou o termo inicial dos juros de mora a data do trânsito em julgado da ação mandamental, em vista da proibição da *reformatio in pejus*.

2. É pacífico, nesta Corte e no Colendo Superior Tribunal de Justiça, o entendimento no sentido de que não incide contribuição previdenciária de servidores inativos e sobre créditos originados anteriormente a 19/03/2004 (termo inicial de vigência da EC nº 41/2003).

3. A validade jurídico-constitucional da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, nos termos previstos pelo art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/2009, foi objeto de debate no STF, em sede de repercussão geral, suscitada no RE 870.947. Na sessão de 20/09/2017, o Plenário do STF proferiu julgamento aprovando a tese de repercussão geral de nº 810, reconhecendo a inconstitucionalidade

da atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança" (fl. 35e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 42/49e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ARTIGO 1.022 DO NCPC. CONTRARIEDADE À TESE.

1. A decisão embargada enfrentou a questão de forma clara e suficientemente fundamentada, expressando o entendimento desta Turma.

2. Há, no caso, contrariedade ao entendimento proferido pela Turma e os aclaratórios são cabíveis apenas em caso de omissão, obscuridade ou contradição. Em síntese, a contrariedade à tese não enseja efeitos infringentes" (fl. 59e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. **1.022, 2º, 141, 502 e 503 do CPC/2015 e 1º-F da Lei 9.494/97, alterado pela Lei 11.960/2009**, sustentando a nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, que, "tratando-se de obrigação que se renova mês a mês, a partir da modificação legislativa decorrente da Lei 11.960/09, a correção monetária deve incidir com base nos índices determinados pela novel legislação (caderneta de poupança/TR)" (fl. 70e).

Aduz que "restou conferido prazo de 60 dias após o seu trânsito em julgado para a efetivação de pagamento das parcelas devidas, o que indica que é caso de se dar curso a mora apenas a partir de então, sob pena de afronta a coisa julgada produzida no título judicial originário" (fl. 79e).

Pugna, afinal, para "que a execução de sentença tenha curso nos termos em que proposta pela parte exequente quanto a aplicação da Taxa Referencial, especialmente quanto a aplicação da Lei nº 11.960/2009, sob pena de afronta aos artigos 2º e 141 do CPC" (fl. 81e).

Por fim, requer a anulação ou reforma do acórdão (fl. 81e).

Contrarrazões a fls. 111/121e.

O Tribunal de origem negou seguimento ao Recurso Especial, com fundamento no art. 1.030, I, b, ou 1.040, I, do CPC/2015 (fl. 128/132e), quanto ao art. 1º-F da 1º-F da Lei 9.494/97, alterado pela Lei 11.960/2009, o que ensejou a apresentação de Agravo Regimental, julgado a fls. 175/183e, bem como inadmitiu o apelo, no que se refere às demais questões, contra o que foi interposto o presente Agravo (fls. 138/142e).

Contraminuta, a fls. 159/161e.

A irresignação merece prosperar em parte.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, "contra decisão que julgou parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, referente ao pagamento de diferenças da gratificação de desempenho GDAP a pensionistas e aposentados" (fl. 32e), que foi improvido pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Eis os termos em que restou resolvida a controvérsia na instância ordinária:

"Termo inicial dos juros de mora.

O título executivo decorre de decisão proferida no Mandado de Segurança n. 2002.72.00.001707-6, impetrado pelo SIDPREVS/SC, que concedeu a segurança 'para o fim de determinar a inclusão da GDAP aos proventos dos substituídos nominados às fls. 80-127, à razão de 60 pontos por servidor, até a data da efetiva aplicação dos critérios e procedimentos específicos de atribuição da referida gratificação a serem estabelecidos em ato da autoridade competente, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.355/2001.'

Nos termos da jurisprudência consolidada do STJ, em se tratando de valores reconhecidos em mandado de segurança, os juros de mora devem ser calculados a partir da notificação da autoridade coatora na ação mandamental. Nesse sentido:

(...)

Assim, tenho que deve ser mantida a decisão recorrida no ponto, que considerou o termo inicial dos juros de mora a data do trânsito em julgado da ação mandamental, em vista da proibição da *reformatio in pejus*.

Por sua vez, em relação a termo inicial da execução, tenho que deve ser mantida a decisão de primeiro grau nos seus exatos termos, pois, "correta a inserção da totalidade do mês de fevereiro de 2002, uma vez que a GDAP tem periodicidade mensal, e não diária. Assim, tendo a ação sido ajuizada em 27/02/2002, a condenação abrange a GDAP devida naquele mês."

Incidência do PSS.

O desconto da contribuição previdenciária por ocasião de pagamentos judiciais está expressamente previsto em Lei, prescindindo de determinação pelo título executivo.

Sobre o período de incidência, é pacífico, nesta Corte e no Colendo Superior Tribunal de Justiça, o entendimento no sentido de que não

incide contribuição previdenciária de servidores inativos e sobre créditos originados anteriormente a 19/03/2004 (termo inicial de vigência da EC nº 41/2003).

Nesse sentido:

(...)

Correção monetária.

A validade jurídico-constitucional da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, nos termos previstos pelo art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/2009, foi objeto de debate no STF, em sede de repercussão geral, suscitada no RE 870.947. Na sessão de 20/09/2017, o Plenário do STF proferiu julgamento aprovando a tese de repercussão geral de nº 810, nos seguintes termos:

Juros de mora:

O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09.

Correção monetária:

O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.

Portanto, é descabida a aplicação da TR como índice de correção monetária das condenações judiciais impostas à Fazenda Pública. Em seu lugar, deve-se adotar o IPCA-E, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao agravo de instrumento" (fls. 32/34e).

No julgamento integrativo, por sua vez, a Corte Regional limitou-se a consignar que "a decisão embargada enfrentou a questão de forma clara e suficientemente fundamentada, expressando o entendimento desta Turma em relação à matéria impugnada" (fl. 57e).

Com efeito, não obstante as razões recursais do Agravo de Instrumento (fls. 3/7e) e dos Embargos de Declaração (fls. 42/49e), constata-se que a Corte de origem deixou de se manifestar sobre as supostas ofensas à coisa julgada relativamente ao termo inicial de incidência dos juros moratórios e ao princípio dispositivo, em razão da alegada aplicação da Taxa Referencial nos cálculos elaborados pela parte exequente.

Além de o Tribunal de origem considerar que restou expungida a TR do ordenamento jurídico desde o seu nascedouro, reputa-se despicienda a análise da tese recursal concernente ao princípio dispositivo, na medida em que vai de encontro ao entendimento firmado pelo STJ, segundo o qual "a correção monetária, assim como os juros de mora, incide sobre o objeto da condenação judicial e não se prende a pedido feito em primeira instância ou a recurso voluntário dirigido à Corte de origem. É matéria de ordem pública, cognoscível de ofício em sede de reexame necessário, máxime quando a sentença afirma a sua incidência, mas não disciplina expressamente o modo como essa obrigação acessória se dará no caso" (STJ, AgInt no REsp 1.364.982/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/03/2017)

No mesmo norte:

"PROCESSUAL CIVIL. OBSERVÂNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA EM REEXAME NECESSÁRIO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO *NON REFORMATIO IN PEJUS* E DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.

1. Tratam os autos, na origem, de Ação Revisional da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, precedida de auxílio-doença, para fazer incluir no salário de contribuição expurgos referentes à inflação do período de implantação da URV. A sentença julgou procedente o pedido determinando a revisão. O acórdão reformou parcialmente a sentença para determinar a correção monetária a partir do deferimento das parcelas. O Recurso Especial, interposto em 2009, teve sua admissibilidade sobrestada para aguardar Recurso Especial Repetitivo em que se discutia a atualização, pelo IRSM de fevereiro de 1994, do salário de contribuição para cálculo da renda mensal inicial.

2. O busílis da questão está em saber se a reforma de sentença, em Reexame Necessário, para fazer incluir a correção monetária no

vencimento de cada parcela, agravou a condição do INSS, afrontando a Súmula 45 do STJ e o princípio do não *reformatio in pejus*.

3. É pacífico no Superior Tribunal de Justiça que a correção monetária e os juros legais, como consectários da condenação, são matéria de ordem pública, não se lhes aplicando os óbices do julgamento *extra petita* ou da *reformatio in pejus*.

4. A explicitação do modo em que a correção monetária deverá incidir feita em reexame de ofício não caracteriza *reformatio in pejus* contra a Fazenda Pública, tampouco ofende o princípio da inércia da jurisdição. A propósito: AgRg no REsp 1.291.244/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 5.3.2013; e AgRg no REsp 1.440.244/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10.10.2014.

5. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.781.992/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Não merece reforma o acórdão de origem, porquanto a modificação do entendimento firmado pelo Tribunal a quo acerca da quitação e dos limites estabelecidos pelo Plano de Demissão Voluntária exigiria o reexame do contexto fático probatório dos autos. Por outro lado, para que seja possível infirmar qualquer conclusão diversa também seria necessária interpretação de cláusulas contratuais, o que é inviável em recurso especial ante o óbice dos enunciados n. 5 e n. 7 da Súmula do STJ.

II - Em relação ao questionamento acerca da aplicabilidade do artigo 1º, inciso F, da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009) em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação de mora (tema 905/STJ), foi afetada no REsp n. 1.492.221/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, para julgamento segundo o rito dos recursos representativos de controvérsia, perante a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça. Verifica-se que o REsp 1.492.221/PR, supra referido, foi julgado no dia 22/02/2018, com posterior publicação de sua ementa/acórdão em 20/03/2018.

III - A *quaestio iuris* foi decidida em dissonância com o entendimento consagrado no julgamento acima. Por outro lado, o pleito

recursal igualmente não se coaduna com o que decidido no REsp 1.492.221/PR, julgado sob o rito dos recursos repetitivos.

IV - É pacífico nesta Corte Superior que a correção monetária e os juros legais, como consectários da condenação, são matéria de ordem pública, não se lhes aplicando os óbices do julgamento *extra petita* ou da *reformatio in pejus*.

V - Deverão ser aplicados à espécie, conforme o referido julgado em recurso repetitivo, os índices de juros e correção monetária estebelecidos no item 3.1.1 - 'c', da decisão supracitada.

VI - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.060.719/MA, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/09/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REFORMATIO IN PEJUS. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Esta Corte Superior fixou entendimento no sentido de que os juros de mora e a correção monetária integram os chamados pedidos implícitos, de modo que a alteração ou modificação de seu termo inicial não configura julgamento *extra petita* ou *reformatio in pejus*.

2. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.566.464/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/08/2017).

De outro lado, impõe-se o enfrentamento do conteúdo do título judicial exequendo a respeito do termo inicial da incidência dos juros de mora, tendo em vista a previsão de prazo de 60 dias para pagamento do débito, no julgado exequendo, conforme assinala o recorrente.

Sendo assim, quanto a tal tópico, tenho por violado o art. 1.022, II, do CPC/2015.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **dar parcial provimento** ao Recurso Especial, a fim de anular o acórdão dos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada, sobre a questão apontada.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora